

O FEMINISMO DECOLONIAL COMO PERSPECTIVA: DIÁLOGOS ENTRE MARÍA LUGONES, PHOEBE KISUBI E A ABORDAGEM DAS CAPACIDADES NA PROMOÇÃO DA AUTONOMIA DE MULHERES IMIGRANTES ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO

El Fminismo Decolonial como perspectiva: diálogos entre María Lugones, Phoebe Kisubi y el enfoque de las capacidades en la promoción de la autonomía de mujeres inmigrantes a través de la educación

Alana Mendes de Moura¹

Fabício Pontin²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a educação como ferramenta para a autonomização de mulheres migrantes e refugiadas sob as lentes do feminismo decolonial e da interseccionalidade. Essas categorias analíticas são fundamentais para confrontar as lógicas sexistas, heteronormativas e cisnormativas que permeiam a produção de conhecimento em Relações Internacionais, ao mesmo tempo em que destacam as contribuições de autoras como Phoebe Kisubi. Partindo das múltiplas vulnerabilidades enfrentadas por mulheres migrantes e refugiadas, compreendidas como atravessamentos entre identidade, corpo, território e poder, discutiremos como fatores como barreiras linguísticas, racismo, xenofobia, desigualdades socioeconômicas e violência de gênero são intensificados no contexto do deslocamento forçado (ACNUR, 2025, IACHR, 2018, Human Rights, 2018). Ancora-se na Teoria das Capacidades de Martha Nussbaum, que propõe a ampliação de aptidões essenciais para uma vida digna, este artigo investiga de que maneira a educação, especialmente quando pensada de forma decolonial, pode promover agência, reconhecimento e justiça social. Dialoga-se ainda com Paulo Freire e Amartya Sen, compreendendo a educação como prática de liberdade e como condição para o desenvolvimento humano integral. A partir do aporte teórico de Phoebe Kisubi (2020; 2023) e de pesquisas sobre experiências migratórias no Brasil, discutiremos como pedagogias interseccionais e decoloniais possibilitam o enfrentamento das estruturas de opressão, reconfigurando espaços educativos como territórios de reparação, acolhimento e criação de novas possibilidades de vida. Argumenta-se que, quando articulada às agendas feministas, decoloniais e de direitos humanos, a educação

¹ Bolsista CAPES/PROSUC de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade La Salle (Canoas/RS). Membro do grupo de pesquisa "Capabilidades, Cognição e Desenvolvimento: por uma abordagem compatibilista para a Educação" onde desenvolve a dissertação "Educação, Gênero e Migração: Possibilidades de autonomia para mulheres imigrantes a partir de uma perspectiva interseccional". Possui graduação em Relações Internacionais pela mesma Universidade. Atuou na resposta às enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e é trabalhadora humanitária com foco em integração socioeconômica e apoio psicossocial. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0165-349X>; E-mail: alanamendesdemoura@gmail.com.

² Pós-doutorado em Filosofia pela PUCRS. Doutor em Filosofia pela Southern Illinois University Carbondale, Mestre em Filosofia e graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação e dos cursos de Direito e Relações Internacionais da Universidade La Salle, onde também coordena o Núcleo de Apoio em Relações Internacionais (NARI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3984-1849>; E-mail: fabricao.pontin@unilasalle.edu.br.

torna-se um instrumento potente para fortalecer a autonomia das mulheres migrantes e refugiadas, contribuindo para a formulação de políticas públicas comprometidas com igualdade, reconhecimento e justiça social.

Palavras-chave: Mulheres Migrantes. Educação Libertadora. Interseccionalidade. Feminismo Decolonial.

RESUMEN: Este trabajo tiene como objetivo analizar la educación como herramienta para la autonomización de mujeres migrantes y refugiadas bajo el lente del feminismo decolonial y de la interseccionalidad. Estas categorías analíticas son fundamentales para confrontar las lógicas sexistas, heteronormativas y cisnormativas que permean la producción de conocimiento en Relaciones Internacionales, al mismo tiempo que destacan las contribuciones de autoras como Phoebe Kisubi. Partiendo de las múltiples vulnerabilidades enfrentadas por las mujeres migrantes y refugiadas, comprendidas como cruces entre identidad, cuerpo, territorio y poder, discutiremos cómo factores como las barreras lingüísticas, el racismo, la xenofobia, las desigualdades socioeconómicas y la violencia de género se intensifican en el contexto del desplazamiento forzado (ACNUR, 2025; CIDH, 2018; Human Rights, 2018). Al anclarse en el Enfoque de las Capacidades de Martha Nussbaum, el cual propone la ampliación de aptitudes esenciales para una vida digna, este artículo investiga de qué manera la educación, especialmente cuando se piensa de forma decolonial, puede promover la agencia, el reconocimiento y la justicia social. Asimismo, se dialoga con Paulo Freire y Amartya Sen, comprendiendo la educación como una práctica de la libertad y como condición para el desarrollo humano integral. A partir del aporte teórico de Phoebe Kisubi (2020; 2023) y de investigaciones sobre experiencias migratorias en Brasil, discutiremos cómo las pedagogías interseccionales y decoloniales posibilitan el enfrentamiento de las estructuras de opresión, reconfigurando los espacios educativos como territorios de reparación, acogida y creación de nuevas posibilidades de vida. Se argumenta que, cuando se articula con las agendas feministas, decoloniales y de derechos humanos, la educación se convierte en un instrumento potente para fortalecer la autonomía de las mujeres migrantes y refugiadas, contribuyendo a la formulación de políticas públicas comprometidas con la igualdad, el reconocimiento y la justicia social.

Palabras clave: Mujeres Migrantes. Educación Libertadora. Interseccionalidad. Feminismo Decolonial.

1 Introdução

No contexto global contemporâneo, caracterizado pela hegemonia do capitalismo, guerras civis, crises humanitárias e desafios climáticos, o deslocamento forçado tem se tornado cada vez mais evidente e crescente nas últimas décadas. Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), até o final de 2024, cerca de 132,2 milhões de pessoas foram obrigadas a deixar seus lares em decorrência de perseguições, conflitos, violência e violações de direitos humanos.

A crise humanitária na Venezuela, que se intensificou a partir de 2017 devido a graves violações de direitos humanos e uma profunda crise econômica, resultou em um aumento expressivo da migração em direção ao Brasil. Esse fenômeno, de complexidade inédita na América Latina, alterou fluxos migratórios em diferentes escalas, impactando diretamente a realidade cotidiana brasileira. O anuário *Refúgio em Números* evidencia que mulheres, crianças e adolescentes representam uma parcela significativa dos solicitantes de refúgio, reforçando a necessidade de políticas públicas que assegurem acesso efetivo a mecanismos

de proteção social. No cenário brasileiro, marcado pela crescente entrada de mulheres oriundas da Venezuela, Cuba, Haiti, Angola e Senegal (Junger da Silva; Cavalcanti; Oliveira, 2025), é possível observar a persistência de práticas de exploração laboral e sexual (Câmara dos Deputados, 2019; Arruda-Barbosa et al., 2024), além da ampliação dos índices de violência de gênero em estados fronteiriços como Roraima (Brasil, 2024; Agência Brasil, 2017).

Globalmente, cerca de 60% das pessoas forçadas a fugir permanecem dentro de seus próprios países. Nas Américas, o crime e a insegurança são fatores predominantes no deslocamento interno, como observado na violência por gangues no Haiti e nos impactos de conflitos civis nas periferias da Colômbia. Em 2024, o número de deslocados internos no Haiti triplicou, passando de 313,9 mil para mais de 1 milhão, enquanto a Colômbia conta com aproximadamente 7 milhões de pessoas deslocadas internamente, configurando uma das maiores populações desse tipo no mundo (JUNGER DA SILVA, Et al., 2025).

Portanto, o presente estudo propõe analisar criticamente a articulação entre migração, gênero e educação, defendendo que políticas e práticas educativas sensíveis à colonialidade são cruciais para a promoção da autonomia de mulheres migrantes e refugiadas frente a contextos de vulnerabilidade estrutural.

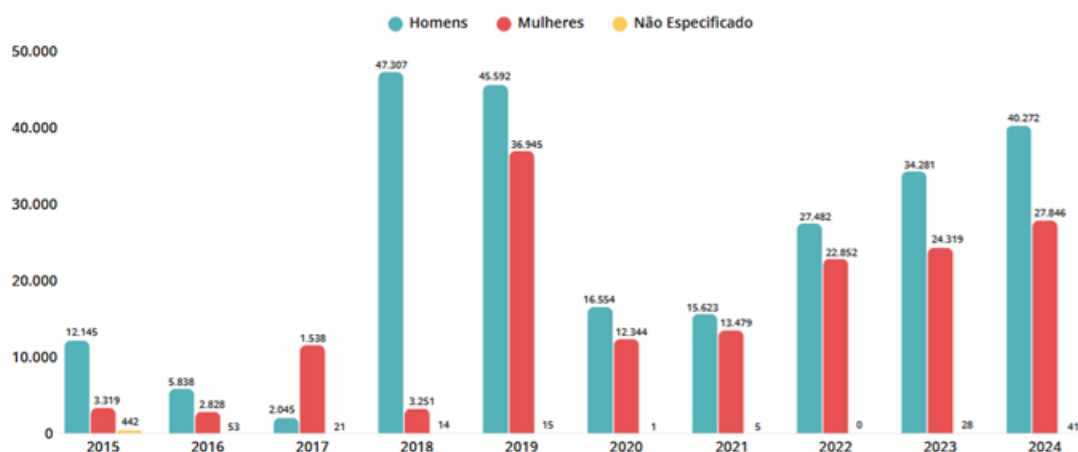
2.Cenário Migratório Brasileiro

De acordo com informações dos anos de 2015 a 2024, o Brasil registrou pedidos de refúgio de indivíduos originários de 175 nacionalidades, somando 454.165 solicitações (JUNGER DA SILVA, Et al., 2025). Desse montante, as nacionalidades mais frequentes foram: venezuelanos (58,76%), cubanos (11,56%), haitianos (8,21%) e angolanos (4,06%). Coletivamente, esses quatro países representam 82,6% de todos os pedidos feitos no território nacional na última década. No fim do ano de 2024, o Brasil possuía 156.612 indivíduos com o status de refugiado oficialmente concedido, indicando um crescimento de 9,5% se comparado a 2023.

Ao longo da série histórica (2015-2024), o volume de solicitações de refúgio tem sido predominantemente masculino. Contudo, a análise por gênero revela uma tendência de equilíbrio em 2021 (53,7% homens e 46,3% mulheres), um contraste significativo com a grande disparidade observada em 2015 (76,4% homens e 20,9% mulheres). No que tange aos solicitantes venezuelanos em 2024, eles representavam 37,6% do total de homens, enquanto

as mulheres venezuelanas totalizaram 43% do total de mulheres que solicitaram reconhecimento da condição de refugiado no período analisado.

O gráfico a seguir explicita a relação do número de solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado, segundo ano de solicitação, por gênero entre os anos de 2015 e 2024.



Fonte: Elaborado pelo OBMigra, a partir dos dados da Polícia Federal, Sistema de Tráfego de Pessoas - Módulo de Alertas e Restrições (STI-MAR) e da CG-CONARE, Solicitações de Reconhecimento da Condição de Refugiado, 2024.

Ao examinarmos a conexão entre as Unidades Federativas e o registro de pedidos de refúgio, em 2024, evidencia-se a relevância das regiões Norte e Sudeste para o contexto migratório brasileiro. Ainda em 2024, 44% dos pedidos aprovados pelo CONARE foram realizados em estados do Norte, enquanto 38,3% foram na região Sudeste. Na região Norte, observa-se que os requerentes de asilo são, primordialmente, da Venezuela (23.612) e Cuba (3.274), e também da Colômbia (1.308). Em contrapartida, a região Nordeste foi a que teve o menor número de pedidos julgados pelo CONARE, apenas 2,0%. Sobre as outras regiões do país, o Sul (7,7%) e o Centro-Oeste (2,5%) finalizam a análise regional.

Dessa forma, fica claro que a dinâmica migratória atual influenciou e continua a influenciar as políticas no Brasil, exigindo que estas sejam constantemente adaptadas e desenvolvidas para atender adequadamente à população de refugiados.

Conforme demonstram os dados, mulheres e crianças tendem a se tornar os grupos mais vulneráveis. Por já se encontrarem em uma situação de fragilidade devido a questões de gênero e idade, ocorre o que pode ser definido como uma acumulação de vulnerabilidades para essas pessoas. Nesse contexto, a adoção de uma perspectiva decolonial torna-se imprescindível, especialmente no âmbito dos debates latino-americanos.

3.O Feminismo Decolonial e a Educação como Ferramenta de Autonomia

3.1. O Sistema Moderno-Colonial de Gênero

“Colonialidade” não se refere apenas à classificação racial. É um fenômeno mais amplo, um dos eixos do sistema de poder e, como tal, atravessa o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas. (Lugones, 2020, p. 2)

O feminismo decolonial surge como ferramenta teórica e política para analisar como a educação pode promover autonomia e justiça em contextos marcados por desigualdades estruturais. Lugones (2020) argumenta que a colonialidade do gênero não se limita à classificação racial, mas atravessa o controle sobre sexo, trabalho, subjetividade e produção de conhecimento.

Esse sistema possui dois lados complementares: o lado visível ou iluminado constrói o gênero de forma hegemônica, organizando as vidas de homens e mulheres brancos e burgueses. Nesse contexto, a mulher branca é representada como pura, recatada e sexualmente passiva, destinada à reprodução da classe e da raça. Sua existência é controlada pela heterossexualidade compulsória e pela exclusão das esferas de autoridade e conhecimento, reforçando a lógica patriarcal da modernidade.

Já o lado oculto ou obscuro é marcado pela violência extrema e desumanização. Nele, as pessoas colonizadas são reduzidas a animalidade, submetidas ao sexo forçado e à exploração laboral. As mulheres não brancas são concebidas como “sem gênero”, privadas das características associadas à feminilidade hegemônica e tratadas como corpos disponíveis para o trabalho e a reprodução.

3.2. A Colonialidade do Gênero nas Migrações Contemporâneas

Essa lógica se manifesta claramente no contexto das migrações contemporâneas, onde mulheres migrantes, especialmente refugiadas e deslocadas, frequentemente veem suas identidades de gênero apagadas pelo Estado e pela sociedade receptora, sendo reduzidas a força de trabalho descartável ou a objetos de políticas assistencialistas (Facundo, 2022). Para Sassen (2014), a “feminização da sobrevivência” expõe como as mulheres do Sul Global são inseridas em cadeias transnacionais de cuidado e trabalho precarizado, reforçando essa condição de desumanização. No Brasil, estudos do OBMigra (2023) demonstram que mulheres

migrantes de países como Haiti e Venezuela enfrentam tripla discriminação, por gênero, raça e condição migratória, o que as coloca em situações de extrema vulnerabilidade social e laboral, atualizando o paradigma colonial descrito por Lugones. Esse processo revela que o gênero, na modernidade colonial, é uma ferramenta de racialização e dominação.

Ao articular gênero e raça como dimensões indissociáveis, Lugones (2020) expõe como o sistema moderno-colonial de gênero é uma tecnologia de poder que define quem pode ser reconhecido como sujeito e quem é reduzido à condição de objeto. O feminino branco só adquire sentido e status a partir da negação e da subjugação das mulheres racializadas. Assim, o gênero torna-se um instrumento de hierarquização ontológica e epistemológica, sustentando tanto o patriarcado quanto o racismo colonial. Paulo Freire (1987) já apontava que a educação é um ato de libertação e humanização, ao passo que Lugones (2008; 2020) amplia essa dimensão, mostrando que a emancipação deve incluir a descolonização do ser e do saber, promovendo uma pedagogia de reumanização que restitui agência e dignidade a sujeitos historicamente negados como produtores de conhecimento. Dessa forma, a crítica de Nancy Fraser (2001) é fundamental, ao alertar que políticas de reconhecimento identitário são insuficientes se não forem acompanhadas por uma justiça material e uma transformação estrutural que confrontem as raízes econômicas e coloniais da opressão.

3.3. Capacidades Humanas e Educação Libertadora

A perspectiva das capacidades humanas, desenvolvida por Amartya Sen (2000; 2011) e Martha Nussbaum (1995; 2011), oferece um fundamento teórico crucial para compreender a educação como instrumento de autonomia. Garantir o acesso a capacidades centrais, como saúde, integridade física e, especialmente, controle sobre o próprio ambiente, revela-se essencial para que mulheres migrantes e refugiadas possam exercer plenamente sua agência, particularmente em contextos de precariedade, deslocamento forçado e discriminação interseccional. É significativo notar que a privação sistemática dessas capacidades básicas manifestada através da falta de documentação, acesso precário à saúde, insegurança habitacional e exploração laboral, é precisamente o mecanismo que as posiciona na condição de objetos descrita por Lugones no sistema moderno-colonial de gênero. Quando uma mulher migrante não pode decidir sobre seu corpo, seu trabalho ou seu lugar de moradia, ela é reduzida a um instrumento descartável, atualizando a lógica colonial que nega sua condição de sujeito pleno de direitos.

Dessa forma, a educação decolonial, ao valorizar experiências subalternizadas e narrativas locais, se consolida como uma prática de libertação que transcende a instrução formal. Trata-se de criar condições materiais e simbólicas para o exercício efetivo da agência, permitindo que mulheres migrantes e refugiadas reconstruam suas subjetividades e participem ativamente da produção de conhecimento e da transformação social.

3.4. Diálogos Teóricos: Kisubi e Lugones

A partir das contribuições de Phoebe Kisubi, o gênero é compreendido mediante uma abordagem afro-feminista que emprega a práxis e os métodos decoloniais, articulados com a Performance como Pesquisa (PaR), para examinar as desigualdades e formas de desumanização enfrentadas por grupos marginalizados, com especial atenção às trabalhadoras do sexo na África do Sul. Na prática, a Performance como Pesquisa opera através de metodologias concretas que incluem círculos de narrativa corporal, onde as participantes recriam suas experiências de violência institucional através de movimentos e expressões corporais; dramatizações coletivas que reencenam cenas de assédio nas fronteiras, transformando a memória traumática em denúncia política; e arquivos vivos onde gestos cotidianos do trabalho sexual — tradicionalmente invisibilizados — são registrados e valorizados como formas legítimas de conhecimento. Um exemplo concreto dessa metodologia pode ser observado em oficinas onde trabalhadoras do sexo sul-africanas transformaram, através da dança, os gestos repetitivos de revistas policiais humilhantes em coreografia coletiva, não apenas ressignificando a experiência traumática, mas produzindo um conhecimento corporificado sobre como o Estado colonial continua a operar através do controle de corpos racializados.

Esta perspectiva busca desvendar as interconexões entre raça, classe, gênero e heterossexualidade normativa, humanizando aqueles historicamente desumanizados e reconhecendo-os como sujeitos agentes de suas próprias histórias. Para além de denunciar as epistemologias culturais herdadas da colonização, a autora propõe a arte e a performance como veículos efetivos de emancipação e descolonização do conhecimento.

A teoria de Kisubi estabelece um diálogo direto com a concepção do sistema moderno-colonial de gênero elaborada por María Lugones (2020), que revela como o gênero foi uma imposição colonial indissociável do processo de racialização. O trabalho de Kisubi não apenas dialoga com Lugones, mas fornece uma materialidade contemporânea ao "lado obscuro" do

sistema de gênero colonial. Enquanto Lugones descreve o processo histórico de dessexualização das mulheres colonizadas, Kisubi demonstra como essa lógica se perpetua na atualidade através da dessumanização das trabalhadoras do sexo, revelando que a "ficção violenta" do gênero opera por meio de novas formas de exploração capitalista e racista. Ambas as autoras denunciam a lógica binária e hierárquica que estrutura o poder colonial, identificando o gênero como uma construção social violenta.

Essa leitura aproxima-se do trabalho de Kisubi, de forma que evidencia as experiências das trabalhadoras do sexo como exemplos contemporâneos da face desumanizadora do gênero colonial. Dessa forma, tanto María Lugones (2020) quanto Phoebe Kisubi propõem uma releitura interseccional e decolonial do gênero, enfatizando que as categorias de raça e gênero são indissociáveis. A crítica desenvolvida por ambas busca desestabilizar o modelo eurocêntrico que define quem é reconhecido como humano e quem é reduzido à condição de objeto. Assim, a desconstrução dessas hierarquias consolida-se como um projeto pedagógico e político de libertação que encontra, na educação decolonial e nas práticas performativas, caminhos concretos de reumanização e transformação social.

3.5 Feminismo de Phoebe Kisubi: Performance e Reexistência como Projeto Pedagógico

No âmbito do feminismo decolonial, o trabalho de Phoebe Kisubi configura-se como uma proposta pedagógica integral que articula, através do conceito de “reesistência” — simultaneamente resistência e reexistência —, a descolonização do saber, do ser e do poder. Sua abordagem, detalhada em obras como *The Sex Workers’ Theatre Group (SWTG): Decolonial Feminist Praxis and Performance as Research* (2019), *Decolonised Sexualities* (2020) e *A decolonial afro-feminist creative action research* (2024), entende a educação como um processo de autonomia epistemológica, corporal e política, indissociavelmente ligadas.

A autonomia epistemológica materializa-se através da Performance como Pesquisa (PaR), metodologia que Kisubi concebe não como um mapa pré-determinado, mas como um viajante em constante movimento. No grupo SWTG, na Cidade do Cabo, mulheres negras, migrantes e trabalhadoras do sexo, como a zimbabuana Zena, tornam-se co-pesquisadoras. Elas articulam suas vivências de precariedade, marginalização e ausência de documentação, que configuram o que Nussbaum (2011) identifica como uma grave privação de capacidades centrais, para produzir saberes coletivos e situados. Este deslocamento do locus de produção

do conhecimento para as experiências corporificadas das participantes é o primeiro ato de reexistência, desafiando as hierarquias epistêmicas ocidentais.

Esta jornada de libertação epistemológica é sustentada pela conquista da autonomia corporal e emocional. Kisubi emprega um arsenal de técnicas de teatro físico, como mímica, butoh e improvisação, para forjar uma pedagogia do corpo que permite a reconstrução da confiança e da auto expressão. Práticas de escrita livre e a repetição performática de narrativas traumáticas operam como mecanismos de cura, permitindo que as participantes ressignifiquem seu sofrimento. É o que Lugones (2008) denominaria viajar entre mundos: uma travessia entre espaços ontológicos que gera novas formas de ser e saber, restaurando a agência subjetiva. A reexistência, aqui, acontece na reapropriação do próprio corpo como território de dignidade e memória.

Por fim, a autonomia política consolida-se quando a arte se transforma em instrumento de mobilização social. Performances como *Yeki Hambe – Let it Go* exemplificam essa dimensão, deslocando a ação política para a esfera do corpo e criando um contágio de consciência no público. Através da estética, do ritmo, do gesto e da encenação, as mulheres denunciam violências estruturais e se reinscrevem na esfera pública como sujeitos de direito e produtoras de conhecimento. Esta vertente política é explorada em *Sex Work Feminicide and the Making of #SayHerName Campaign* (2023), onde Kisubi demonstra que a violência contra mulheres marginalizadas é herdeira direta de estruturas coloniais e racistas.

O conceito de reexistência, portanto, serve como fio condutor que entrelaça essas três dimensões da autonomia. Seja nos projetos com migrantes forçados (Kisubi & Kizito, 2024), onde práticas culturais colaborativas fomentam solidariedade e agência, ou na crítica às normas heteronormativas, a pedagogia de Kisubi promove um processo contínuo de descolonização. A Performance como Pesquisa, mais do que uma metodologia, revela-se a própria práxis da reexistência: um modo de (re)existir que, através do corpo, da emoção e da ação coletiva, desestabiliza as categorias coloniais e abre espaço para a invenção de novos mundos possíveis.

4.Vulnerabilidades e Desafios de Mulheres Imigrantes e Refugiadas na Educação

Os fluxos migratórios contemporâneos evidenciam um entrelaçamento complexo entre vulnerabilidade e agência, atravessado pela colonialidade e por desigualdades estruturais que

se manifestam com particular intensidade na experiência educacional de mulheres migrantes e refugiadas. Estas mulheres enfrentam barreiras interseccionais que abrangem desde discriminações de gênero, raça, classe e sexualidade até obstáculos institucionais e linguísticos, as quais limitam severamente seu acesso à educação e participação social plena. Segundo a Abordagem das Capacidades de Nussbaum (2011) e Sen (2000; 2011), tais obstáculos representam uma grave limitação à concretização de capacidades humanas essenciais, criando um ciclo de exclusão que se retroalimenta.

Em contextos de crise humanitária, como o fluxo migratório venezuelano que se intensificou a partir de 2017, observa-se a acentuação de vulnerabilidades pré-existentes. As redes de proteção social mostram-se frequentemente sobrecarregadas, expondo grupos já marginalizados a riscos ampliados de abuso, exploração e exclusão. A trajetória de mulheres venezuelanas no Brasil ilustra este processo de forma paradigmática, onde a combinação de pressão econômica, falta de documentação e ausência de alternativas viáveis no mercado de trabalho formal as empurra para o trabalho sexual como estratégia de sobrevivência. Esta realidade configura o que Nussbaum (2011) identifica como fracasso agudo de capacidades centrais, situação agravada pela falta de reconhecimento e suporte institucional.

A análise desta problemática à luz da teoria de Nancy Fraser (1997) revela uma dupla exclusão: econômica, pela restrição ao mercado formal de trabalho, e política, pela invisibilidade nas políticas públicas. Programas como a Operação Acolhida e iniciativas de organizações internacionais mostram-se insuficientes para responder às necessidades específicas destas mulheres, aprofundando sua vulnerabilidade. Dados da Câmara dos Deputados (2019) e da Secretaria de Inspeção do Trabalho (2020) confirmam a gravidade desta situação, registrando casos de exploração sexual e trabalho análogo à escravidão, enquanto o aumento de 10,8% nas denúncias ao Ligue 180 em Roraima (GOVERNO FEDERAL, 2024) evidencia a persistência da violência estrutural.

Perante este cenário, a educação tradicional revela-se inadequada, exigindo uma perspectiva decolonial que, como propõe Carol Azumah Dennis (2022), reconheça o caráter racializado e historicamente situado do conhecimento dominante. A Pedagogia Ubuntu, fundamentada no princípio "eu sou porque nós somos", emerge como alternativa ética e política, enfatizando a interdependência, o cuidado e a responsabilidade coletiva. Esta abordagem dialoga com as epistemologias de Phoebe Kisubi (2019; 2020; Kisubi & Matchett,

2024), cuja Performance como Pesquisa oferece metodologias práticas para transformar experiências traumáticas em narrativas políticas coletivas.

No ambiente universitário, esta práxis pode materializar-se através do conceito de *undercommons* (DENNIS, 2022), espaços insurgentes onde projetos como o *Asylum University* (Kolar & Kramsch, 2021) promovem a coaprendizagem e a coprodução de conhecimento com migrantes e refugiadas. A convergência teórica entre as perspectivas de Lugones (2020), Kisubi, Dennis e Nussbaum aponta para a necessidade de uma educação que articule reumanização, coprodução de conhecimento e práticas pedagógicas inovadoras, capazes de conectar corpo, memória e ativismo político.

No contexto latino-americano, estas abordagens mostram-se pertinentes para enfrentar a sobreposição de vulnerabilidades que afeta mulheres refugiadas e migrantes, frequentemente invisibilizadas por políticas públicas que não consideram as desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe. A educação transforma-se, assim, num imperativo de justiça social, demandando articulação entre teoria das relações internacionais, feminismo decolonial e práticas pedagógicas em diálogo com movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

5.Considerações Finais

O presente estudo evidencia que a educação desempenha um papel central na promoção da autonomia de mulheres migrantes e refugiadas, especialmente quando analisada a partir das perspectivas do feminismo decolonial, da interseccionalidade e da abordagem das capacidades. Ao longo da análise, ficou explícito que essas mulheres enfrentam uma sobreposição de vulnerabilidades que dificultam o acesso a direitos básicos, incluindo educação, saúde e proteção social.

Autoras como María Lugones e Phoebe Kisubi demonstram, em um diálogo fundamental, que a descolonização do gênero e do conhecimento é condição essencial para o empoderamento dessas mulheres. A educação não se limita à transmissão de saberes técnicos ou formais, mas constitui uma prática de libertação que articula corpo, emoção, narrativa e ação política. Metodologias performativas, como a Performance como Pesquisa (PaR) de Kisubi, exemplificam como experiências corporificadas e narrativas subalternizadas podem se

tornar instrumentos de reexistência, promovendo agência epistemológica, política e emocional.

A abordagem das capacidades, proposta por Nussbaum e Sen, reforça que o acesso à educação de qualidade é indispensável para que mulheres migrantes possam exercer suas funções humanas essenciais, como saúde, integridade, participação social e liberdade de expressão. Projetos educativos e artísticos, quando planejados de forma decolonial e participativa, permitem que as mulheres reconstruam suas subjetividades, desafiem estereótipos e ocupem espaços de produção de conhecimento.

No contexto brasileiro, iniciativas formais de acolhimento e integração ainda se mostram insuficientes para atender às necessidades específicas de mulheres migrantes e refugiadas, particularmente aquelas que dependem do trabalho sexual como estratégia de sobrevivência. Diante dessa lacuna, a implementação de políticas públicas sensíveis às desigualdades interseccionais e a criação de práticas pedagógicas decoloniais emergem como estratégias essenciais para garantir não apenas a inclusão, mas também a justiça social e a emancipação dessas populações.

Portanto, a educação decolonial e interseccional se configura como um instrumento transformador capaz de desestabilizar estruturas de opressão históricas, reconhecer identidades marginalizadas e promover a autonomia plena. Ao centrar o processo educativo no corpo, na afetividade, na criatividade e nos saberes subalternizados, é possível construir trajetórias que não apenas ensinam, mas libertam e reumanizam. A autonomia, nesse sentido, deixa de ser um ideal abstrato e torna-se práxis concreta, resultado de processos educativos, artísticos e coletivos que reafirmam a humanidade de mulheres historicamente marginalizadas.

Referências

ACNUR. *Dados refugiados no Brasil e no mundo*. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/dados-refugiados-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 20 out. 2025.

ALBUQUERQUE, Flávia. *Roraima tem taxa de crime contra mulher quase três vezes maior que a nacional*. Agência Brasil. Brasília, DF: EBC, 21 jun. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2017-06/roraima-tem-taxa-de-crime-contra-mulher-quase>. Acesso em: 13 out. 2025.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de et al. *Violências sofridas por mulheres imigrantes venezuelanas profissionais do sexo: um olhar interseccional*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 58,

2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0282pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

AZUMAH DENNIS, Carol. *Decolonising Education: A Pedagogic Intervention*. London: Palgrave Macmillan, 2022.

BRASIL. *Em Roraima, Ligue 180 registra aumento de 10,8% nas denúncias em 2025*. Gov.br, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/ligue-180-central/em-roraima-ligue-180-registra-aumento-de-10-8-nas-denuncias-em-2024>. Acesso em: 9 out. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Migrantes venezuelanos podem estar sendo aliciados para trabalho escravo e exploração sexual*. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/547543-migrantes-venezuelanos-podem-estar-sendo-aliciados-para-trabalho-escravo-e-exploracao-sexual>. Acesso em: 9 out. 2025.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução 2/18: migração forçada de venezuelanos / Resolution 2/18: Forced Migration of Venezuelans*. OAS. Disponível em: <http://www.oas.org/en/iachr/decisions/pdf/Resolution-2-18-en.pdf>. Acesso em: 9 out. 2025.

DAS GRAÇAS, M.; DIAS, S. "Migrei e agora?": notas sobre a inserção laboral das mulheres migrantes venezuelanas em Boa Vista-Roraima. *Revista de Estudos em Planejamento e Políticas Públicas*, [S. l.]. Disponível em: <https://www.epppac.com.br/wp-content/uploads/2022/02/GT3-MIGREI-E-AGORA-NOTAS-SOBRE-A-INSERCAO-LABORAL-DAS-MULHERES-MIGRANTES-VENEZUELANAS-EM-BOA-VISTA-RORAIMA.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

DA SILVA, T. P. *A prostituição como profissão*. *Revista Faculdades do Saber*, v. 6, n. 13, p. 1022–1033, 2021.

DWORKIN, Andrea (ed.). *In harm's way: the pornography civil rights hearings*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1997. p. 145–169.

ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES (ONU Mulheres). *Pesquisa Moverse*. Brasília, DF: ONU Mulheres, [202-]. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/pesquisa-moverse/>.

FACUNDO, M. *Migrações e Gênero: a interseccionalidade na vida das mulheres refugiadas no Brasil*. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Vulnerabilidade de mulheres migrantes venezuelanas no Norte do Brasil*. 2022.

FRASER, Nancy. *Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis*. London: Verso, 2013.

FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the "Postsocialist" Condition*. New York: Routledge, 1997.

FRASER, Nancy. *Recognition without Ethics?* Theory, Culture & Society, v. 18, n. 2-3, p. 21-42, 2001.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA Brasil). *Com capacitação, apoio e muito trabalho, venezuelanas conquistam a casa própria no Brasil*. Brasília, DF: UNFPA Brasil, 11 maio 2023. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/com-capacita%C3%A7%C3%A3o-apoio-e-muito-trabalho-venezuelanas-conquistam-casa-pr%C3%B3pria-no-brasil>. Acesso em: 9 out. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF Brasil). *Crise migratória venezuelana no Brasil*. Brasília, DF: UNICEF Brasil, [20--]. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 9 out. 2025.

GOUVEIA e Melo *informou governo que não quer ser reconduzido no cargo*. RTP Notícias. Lisboa: RTP, 23 nov. 2024. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/gouveia-e-melo-informou-governo-que-nao-quer-ser-reconduzido-no-cargo_v1617080. Acesso em: 11 out. 2025.

GROSSO, R. *Decolonialidade e Fronteiras: corpos migrantes na América Latina*. 2021.

HUMAN RIGHTS WATCH. *O êxodo venezuelano: a necessidade de uma resposta regional a uma crise migratória sem precedentes*. [S. l.]: Human Rights Watch. Disponível em: https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/venezuela0918port.pdf. Acesso em: 11 out. 2025.

INTER-AMERICAN COMMISSION ON HUMAN RIGHTS (IACHR). *Resolution 2/18: Forced Migration of Venezuelans*. OAS. Disponível em: <https://www.oas.org/en/iachr/decisions/pdf/Resolution-2-18-en.pdf>. Acesso em: 11 out. 2025.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. *Refúgio em Números 10ª Edição*. Brasília, DF: OBMigra/Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2025.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe. *Decoloniality and Intersectional Feminist Pedagogies: Re-Imagining Education with Women in the Global South*. Universidade de Toronto, 2020a.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe. *Decolonised Sexualities: The Lived Experiences of Black Township Women Who Love Women*. Utrecht University, 2020b.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe. *Sex Work Feminicide and the Making of #SayHerName Campaign by SWEAT in South Africa*. Routledge, 2023.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe; KIZITO, Kenneth. *Forced Migrant Counter Cultural (Co)Productions*. Social Inclusion, v. 12, n. 1, p. 165-179, 2025.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe; MATCHETT, Sara. *A decolonial afro-feminist creative action research: how to do it with a group of street based sex workers in Cape Town*. SAGE Research Methods Cases: Diversifying and Decolonizing Research, 2025.

KISUBI MBASALAKI, Phoebe; MATCHETT, Sara. *Aesthetic Grammars of Social Justice: Sex Work Reimagined*. Studies on Home and Community Science, v. 14, n. 1-2, p. 7-18, 2020c.

LUGONES, María (ed.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACKINNON, Catherine A. *Pornography as trafficking*. In: SUTHERLAND, Kate (ed.). *Prostitution and trafficking in women: historical and contemporary perspectives*. Ottawa: Institute of Women's Studies, 2004. p. 61–71.

MACKINNON, Catherine A. *Sexuality, pornography, and method: "pleasure under patriarchy"*. Ethics, v. 99, n. 2, p. 314–346, 1989a.

MACKINNON, Catharine A. *Towards a Feminist Theory of the State*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1989b.

MIGNOLO, Walter D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University Press, 2000.

NIÑO, E. A. L. *Migração, cidades e fronteiras: a migração venezuelana nas cidades fronteiriças do Brasil e da Colômbia / Migration, Cities and Borders: Venezuelan Migration to Brazilian and Colombian Border Towns*. Espaço Aberto, v. 10, n. 1, p. 51–67, 19 maio 2020.

NUSSBAUM, Martha C. *Creating Capabilities: The Human Development Approach*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2011.

NUSSBAUM, Martha. *Taking money for bodily services*. In: FREEDMAN, Estelle B. (ed.). *The essential feminist reader*. New York: Modern Library, 2007. p. 396–406.

OBMigra. *Relatórios Anuais: Perfil de Mulheres Migrantes no Brasil*. 2023.

PERNA, G. H. *Elas merecem ser lembradas: migração venezuelana para Porto Alegre – uma análise a partir das interfaces gênero-migração*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2016.

PINHEIRO, Thamy Ayouch. *A Teoria das Capacidades de Amartya Sen e Martha Nussbaum: Uma Abordagem para o Desenvolvimento e a Justiça*. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2005.

RODRIGUES, F. *Migração transfronteiriça na Venezuela*. Estudos Avançados, v. 20, n. 57, p. 197–207, 2014.

SASSEN, S. *Expulsões: Brutalidade e Complexidade na Economia Global*. 2014.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, João Carlos Jarochinski; SILVA, Michele das Graças. *A migração venezuelana e o aumento da pobreza em Roraima*. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 13, n. 25, p. 75-103, 2017. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/view/855/1027>. Acesso em: 15 out. 2025.

SUTHERLAND, Kate (ed.). *Prostitution and trafficking in women: historical and contemporary perspectives*. Ottawa: Institute of Women's Studies, 2004.

UNODC. *Fluxo de migrantes venezuelanos no Brasil cresceu mais de 900% em dois anos*. UNODC Brasil. 2021. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2021/07/fluxo-de-migrantes-venezuelanos-no-brasil-cresceu-mais-de-900-em-dois-anos.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

Venezuelanas participam de roda de conversa sobre saúde sexual e reprodutiva em Roraima. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83383-venezuelanas-participam-de-roda-de-conversa-sobre-sa%C3%BAde-sexual-e-reprodutiva-em-roraima>. Acesso em: 13 out. 2025.

JESUS, Ana Lúcia de Souza de; SOUZA, Glícia Maria Silva de. *Violência doméstica contra mulheres em Roraima e o uso de tecnologias como mecanismo de enfrentamento*. Revista Eletrônica de Humanidades, Manaus, v. 2, n. 14, p. 113-132, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/reh/article/view/7929/5646>. Acesso em: 15 out. 2025.

Recebido em: 15/12/2025.

Aprovado em: 06/07/2026.

Publicado em : 27/07/2026